

## ANEXO IV

### Relação de Documentos Exigidos

- I. Formulário de orçamento e cronograma (Anexo II), acompanhado dos respectivos orçamentos conforme item 7.7.
- II. Cartas de intenção de parceria assinadas pelas entidades parceiras (Anexo III).
- III. Declarações de aporte de contrapartida assinadas pelos representantes legais das entidades parceiras (Anexo VI).
- IV. Comprovantes de vínculo com a Instituição para os membros da equipe executora.
- V. Documentos relativos ao Coordenador Técnico:
  - a) Cópia digitalizada do CPF/RG (ambos os lados do documento);
  - b) Cópia do comprovante de residência atualizado;
  - c) Comprovante de vínculo com a Entidade Proponente.
- VI. Documentos relativos a Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos:
  - a) Estatuto da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) vigente e devidamente registrado no órgão competente, e regimento interno, se necessário, que declare objetivos de cunho social, natureza não lucrativa, relevância pública e pertinência das atividades da entidade com aqueles objeto da proposta;
  - b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
  - c) Ata de eleição do quadro dirigente atual da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver), registrada no órgão competente;
  - d) Relação do quadro dirigente atual da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) com qualificação completa de cada um (nome, estado civil, profissão, documento de identificação, número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF, endereço completo);
  - e) Cópia do documento de identidade e CPF do representante legal da entidade privada e de sua MANTENEDORA, se houver;
  - f) Comprovantes de endereço da sede da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) e dos integrantes do seu quadro dirigente;
  - g) Certidões de regularidade da entidade privada perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, e a Justiça do Trabalho;
  - h) Declaração da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) quanto à inexistência de impedimento de contratar com a administração pública, e de regularidade no CADIN/RS e no CFIL/RS;
  - i) Declaração da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver), assinada por seu dirigente máximo, de que não emprega em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

- j) Comprovação da capacidade técnica e operacional para execução do termo/acordo a ser efetivado;
- k) Declaração do dirigente máximo da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) quanto à veracidade de todas suas informações;
- l) Certidão de registro na Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
- m) Declaração subscrita pelo representante legal da unidade executora de que atende ao requisito do artigo 39 da Lei nº 13.019/2014 (Anexo V).

**VII. Documentos relativos a Pessoas Jurídicas de Direito Público:**

- a) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa junto à Previdência Social - CND ou CPD-EN junto à Previdência Social;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- d) Ata ou outro documento formal de designação dos representantes legais em exercício;
- e) Apresentação de exemplar dos estatutos, regulamentos ou compromissos da entidade;
- f) Cópia do documento de identidade e CPF do representante legal;
- g) Certidão de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal;
- h) Cópia do CNPJ.

**VIII. Documentos relativos a Entidades Empresariais:**

- a) Estatuto/Contrato Social atualizado e devidamente registrado na Junta Comercial do Estado (no caso de empresário individual, fornecer Certidão Simplificada da Junta Comercial);
- b) Ato de designação dos atuais dirigentes (ata da assembleia que elegeu a Diretoria e o Conselho de Administração) quando houver;
- c) CPF, RG e comprovante de residência do(s) representante(s) legal(is) da empresa.